

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Sargento Damosiel
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Legislativos

Ata da 2118ª Sessão Ordinária na Íntegra

2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665NIURA CARDOSO DE SOUZA
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRAATA DA 2118ª SESSÃO, EM 16 DE MAIO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
=ORDINÁRIA=**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA**
(Em exercício)

Às nove horas do dia dezesseis de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima décima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, não há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro reaberta a Sessão.

Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para atuar como Segundo Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Brito Bezerra**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) –Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Memorando nº 024/12, de 14/05/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 15/05/12.

EXTERNO:

.Ofício nº 095/12, de 17/04/12, do Conselho Regional de Enfermagem de Roraima, solicitando uma Sessão Plenária comemorativa à Semana da Enfermagem com o objetivo de conagração dos profissionais e ainda promover discussões de problemas, cuja solução possa resultar em melhor prestação de serviços à sociedade.

.Ofício nº 348, de 24/04/12, do Ministério da Integração

Nacional, informando a transferência de recursos financeiros.

.Ofício Circular nº 014/12, de 14/05/12, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando a inabilitação, por 5 anos, do Gestor Leon Denis Pires de Lima.

.Ofício nº 235/12, de 14/05/12, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, solicitando uma Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública e aos 12 anos de criação da Defensoria Pública do Estado de Roraima, sugerindo que a referida Sessão seja realizada no dia 17/05/12.

.Ofício nº 0118/12, de 15/05/12, do Conselho Regional de Enfermagem de Roraima, informando os nomes dos membros do Conselho que terão voz no evento de abertura da Sessão do dia 17/05/12.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao senhor Primeiro secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Procedida chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presente no plenário, bom-dia.

Quero dizer que o meu discurso hoje é pautado principalmente sobre o Regimento Interno da Casa. Ontem, não houve o cumprimento do regimento em relação a minha pessoa na comissão conjunta da Casa. Hoje, Vice-Presidente da Casa, peço que seja respeitado. E, vou ficar prestando atenção, pois há um acordo na Casa, e que conste em Ata, que só se terá pauta se chegar nas mãos dos parlamentares com vinte e quatro horas de antecedência. Eu fiquei aqui até às 19hs esperando a pauta. Não há pauta para Ordem do Dia e, vou arguir o artigo 194 do Regimento Interno se houver pauta sobre o projeto ampliando os cargos comissionados do Ministério Público de Contas e o artigo 167 para pedir vistas, pois quero que respeitem e que conste em ata um acordo aqui no plenário de que a pauta tem que está com os parlamentares 24hs antes da sessão, como foi acordado aqui por unanimidade. Por outro lado, Deputado Ionilson, é necessário e premente que esta Casa cumpra as novas regras do sistema previdenciário do país. Agora, precisamos criar a nossa previdência complementar. Quero fazer um apelo a Vossa Excelência, por todas as informações, por tudo que eu pesquisei, se há uma possibilidade de, pela primeira vez, fazemos uma previdência privada que beneficie não só os parlamentares, mas todos os funcionários da Casa, inclusive os cargos comissionados, e que beneficie também as outras instituições do Estado que queiram participar desse projeto, o Ministério Público de Contas, o Tribunal de Contas, a Defensoria, aquelas instituições que queiram participar da previdência complementar. Agora, a lei estabelece critérios para que possamos fazer, para que amanhã um funcionário desta Casa, desde o mais humilde, possa desfrutar de uma aposentadoria digna, porque é na terceira idade que a doença aparece e que o custo de vida para o cidadão aumenta. Então, quero fazer esse apelo à Presidência da Casa, ao Deputado Ionilson e a equipe técnica que esteve em Pernambuco tratando sobre a viabilidade da criação do projeto da previdência.

Outro assunto que eu trago ao plenário é que, ontem, aguardei uma resposta da Casa sobre o que ocorre em Pacaraima. Alertei o presidente da Comissão Fronteira, aguardei que ele me fizesse um aparte para que providência fossem tomadas para que a Comissão visite aquele município, vá a Santa Elena verificar o empenho que está ocorrendo na cota que havia entre materiais de construções na Venezuela, liberados para os roraimenses que moram em Pacaraima. Não há como qualquer cidadão de baixa e média renda conseguir construir ou reformar sua casa dependendo de materiais de construção de Boa Vista. Isso é incoerente, é inadmissível, porque simplesmente o custo triplica. O custo de material de construção em Santa Elena é infinitamente mais baixo do que o custo de material aqui em Roraima, inclusive, por conta da alta carga tributária do nosso país. Lá é área de livre e comércio, é zona franca, não há tributo nenhum, é mais barato comprar em Santa Elena do que em Puerto Ordaz. Os brasileiros que moram em Pacaraima hoje não têm o direito que eles tinham à época do acordo fronteira entre Pacaraima e Santa Elena. Por isso, faço um apelo à Presidência da Casa, ao Presidente da Comissão Fronteira, ao Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, porque tem que haver sim o comércio entre as duas localidades, para irem a Santa Elena, se reunirem com a Câmara de Comércio que existe em Pacaraima e em Santa Elena, para buscarmos o entendimento para retomar esse processo do relacionamento fronteira na área comercial. Deputado

Brito, é importante e fundamental que esse pacto volte a prevalecer em relação a nossa área de fronteira entre para Pacaraima e Santa Elena, diferentemente do que acontece com a Guiana, pois hoje e amanhã, o Ministério das Relações Exteriores da Guiana e do Brasil estarão tratando de assuntos de interesses fronteiriços no que se refere a República Cooperativista da Guiana e do Brasil, especificamente a de Roraima. Então, é fundamental que esta Casa, que é a Casa do povo, mande as duas comissões, ou dois ou três membros dessas comissões, para discutir e buscar o entendimento lá em Santa Elena com o Alcaide e, em Pacaraima, com o prefeito, mas ouvindo, acima de tudo, a iniciativa privada dos dois lados, convocando uma Audiência Pública na Câmara para ouvir a comunidade. E, nós temos esse caminho, há uma rádio em Santa Elena que pode fazer, através da comunicação social desta Casa, o convite, montar toda a programação para que se busque esse entendimento. Não precisamos do Ministério das Relações Exteriores para resolver esse problema fronteiriço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Joaquim, parabéns pelo seu pronunciamento. Quero me comprometer de público que vou tomar providências quanto a essa problemática da intervenção do comércio entre Pacaraima e Santa Elena. Quando Vossa Excelência se pronunciou ontem, entrei em contato com o Deputado Federal Raul Lima, que tem uma boa interação entre a Venezuela e o Brasil, e com o Deputado federal Paulo César Quartiero que já foi prefeito de Pacaraima e já tem lá o seu conhecimento. Acertamos que segunda-feira entraremos em contato com as autoridades da Venezuela e do Brasil em Pacaraima, para que possamos encontrar os meios para resolver essa problemática, dando mais comodidade e conforto aos moradores de Pacaraima, no que tange à questão do comércio entre os municípios de Santa Elena do Uaiem e Pacaraima. Parabéns a Vossa Excelência e, novamente volto a dizer que estou sim tomando providências.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Obrigado, Deputado Brito. Deputados Jalser e Rodrigo, Vossas Excelências, junto com o Deputado Marcelo Natanael, são os mais jovens parlamentares da Casa e mais do que nós, têm o compromisso com o futuro, porque o futuro de Vossas Excelências é o nosso presente, o presente dos mais velhos deputados como eu, Vossa Excelência e o Deputado Erci de Moraes. Os Senhores têm a força da juventude, nós, a experiência da idade. Preciso colocar aqui para todos os presentes, o que nós podemos deixar de legado para a futura geração. Estamos votando neste parlamento, neste período legislativo nosso, a criação de inúmeros cargos comissionados, em todas as áreas, a criação de novas secretarias, de novos institutos, bem como a ampliação de vagas nesses institutos. E, isso pode mudar o que vai acontecer. Nós estamos no limite da lei de responsabilidade fiscal 101, sobre a capacidade de recursos humanos. Deputado Erci, vamos começar a demitir pessoas para cumprir a lei de responsabilidade fiscal. Prestem bem atenção! Enquanto a receita do Estado sobe, não há problema, mas o Deputado Flamarion, que pesquisou a receita do FPE, sabe que a tendência, a partir de junho, é uma queda acentuada. Eu tenho alertado aqui que o Governo Federal, sistematicamente, vem dando isenções de IPI, o imposto mais importante que forma o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. O que acontece hoje é que o fundo depende especificamente da receita do imposto de renda de pessoas físicas, ou seja, 80% da composição do FPE e FPM é sobre o imposto de renda de pessoa física. Qualquer pequena crise econômica que possa ocorrer no Brasil, vai refletir drasticamente na queda de receita do fundo que compõe as duas maiores receitas que não são industriais, e que dependem especificamente do FPM e do FPE.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – É preocupante essa questão do comprometimento da folha de pagamento do Governo do Estado, nos tornando vulneráveis por dependermos 80% de recursos federais, pois é basicamente isso que sustenta Roraima. E, e percebemos que isso ocorre devido à falta de gerenciamento ao tratar essa questão. Estamos elevando salários acima do teto e há servidores ganhando menos de um salário. Olhem a disparidade que está ocorrendo! Eu tenho certeza que esse servidor que ganha menos de um salário mínimo trabalha muito mais do que o que ganham mais, sem mencionar os famigerados cargos comissionados do nosso Estado. Quem não lembra do decretão ao final de dezembro demitindo e no início de janeiro nomeando uma quantidade enorme de pessoas com salários altíssimos. Houve casos que foram até parar na mídia, para que essas pessoas não aqui moravam, estavam em outros Estados participando de cursos. Mas, a nossa preocupação é um pouco maior, é buscarmos no Estado outra forma de gerar emprego e renda, pois a

economia do contracheque está fadada ao fracasso. É percebido isso pelas Prefeituras do interior e, ainda corremos o risco de, a qualquer crise no Brasil ou no mundo, esse FPE cair bastante e ficar inviável pagarmos os servidores. É preciso criarmos um mecanismo para arrecadarmos mais impostos, ICMS, temos receita própria para alavancar a economia do nosso Estado. E, Vossa Excelência sabe que esse mecanismo, a curto prazo, é a agricultura. É necessário todos os esforços para fortalecermos a agricultura familiar como forma de geração de emprego e renda, porque senão, vai continuar aquela velha prática de entra eleição e sai eleição, e os cabos eleitorais buscam apoiar os candidatos em troca de emprego. E aí, nenhum de nós e nem o Estado aguenta e estamos fadado ao fracasso a curto prazo. Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência e reforçar essa necessidade de criarmos, o quanto antes, empregos no nosso Estado e, uma das alternativas seria o agrocomércio e a agricultura familiar. Era isso, Senhor Deputado. Obrigado pelo aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputado Joaquim, como Vossa Excelência estou preocupado com esse problema, com essa avalanche de criação de cargos no Estado de Roraima. Nós todos sabemos que no Estado de Roraima sai uma quantidade de jovens todo o ano das universidades sem uma perspectiva de trabalho. E, o Governador, infelizmente, tem um pouco de culpa porque está engessando o Estado com cargos comissionados. O Estado não tem um programa de desenvolvimento, não tem um programa de manutenção de sua estrutura física porque não está sobrando dinheiro, pois ele está sendo empregado preferencialmente em altos salários de cargos comissionados. Então, a minha preocupação é muito grande porque não vai parar de chegar, toda semana chega, uma mensagem governamental para criar cargos e secretarias. Infelizmente, o Estado vai ficar com muita dificuldade para honrar seus compromissos futuramente, inclusive, já não está honrando, mesmo agora em que as vacas não estão tão magras. E, se Deus nos livre houver uma queda na arrecadação nacional, o Estado de Roraima será o primeiro a ficar impossibilitado de cumprir seus compromissos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua- Senhores Deputados, existem sim alternativas para que nós possamos viabilizar o nosso Estado, ao invés de estarmos aqui, criando centenas de cargos comissionados, novas secretarias, uma delas seria a viabilização do turismo na serra do Tepequém. Então, que se viabilize um projeto de turismo para Pacaraima, que é uma cidade feia, porque lá não há um planejamento voltado para a área de turismo e, esse município é a porta de entrada do Caribe para o Brasil e vice-versa. Então, é importante nos voltarmos para o turismo, para a agricultura familiar, para o agronegócio, buscarmos na área de inteligência nos nossos Institutos Federais, como por exemplo na área de eletrônica, para que Manaus possa aproveitar a mão de obra que sai daqui para que as pequenas indústrias venham a nos fornecer os componentes. Nós temos que explorar esse parque industrial que existe em Manaus, aproveitar para serem estabelecidas na área de alta tecnologia, da micro tecnologia, graduados dos cursos dos nossos Institutos Federais que estão aqui, e não começar a fazer cursos de agronomia, sendo que nós não temos o agronegócio. Nós temos indústrias de alta tecnologia de ponta no Amazonas. Então, é preciso transformar Roraima em um Estado de oportunidade, através da oferta de cursos profissionalizantes na área da tecnologia.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, dia 29 de abril recebemos um convite para participarmos de uma Assembleia Geral dos povos indígenas da Comunidade do Tamanduá, na região do Uiramutã. Aceitamos o convite, saímos para uma Odisséia, pois num carro pequeno como o meu, é um sofrimento enorme. A estrada, Deputado Chicão, parece muito mais um monte de crateras do que uma estrada, pois é buraco de todo tamanho. Coitada daquela comunidade e daquele povo do Uiramutã, sem mencionar a situação precária das pontes, que representa um verdadeiro perigo para a vida de qualquer pessoa que passa por elas. Mas chegamos, depois de quase cinco horas de viagem, na comunidade do Tamanduá e fomos surpreendidos pela quantidade de indígenas que estavam lá, eram quase mil, está aqui a relação das comunidades indígenas e não indígenas que participaram daquela Assembleia. Foram três dias de encontro, fomos recebidos pelas lideranças indígenas que se encontram muito revoltadas com o poder público, tanto com o Governo Estadual, quanto com o Federal pelo abandono em que vivem aqueles povos, pois há problemas na área da educação, da segurança, da saúde, falta apoio e orientação técnica. Ao participarmos dos debates, colocamos o nosso posicionamento de maneira franca e não agradamos, por pouco não

fomos tratados com rispidez por nos posicionarmos de acordo com o que acreditamos. Eu deixei bem claro para as lideranças que defendo a presença do Exército nas áreas indígenas fazendo o policiamento de fronteira, pois essa é a função do Exército, independente de ser área indígena ou não. As comunidades indígenas entendem diferente, devemos respeitar o entendimento deles, mas, também, temos que respeitar a soberania nacional. Esse foi e é o nosso posicionamento. Inclusive, na carta que eles mandaram para nós, dentre uma das pautas está a retirada do exército. Eu disse que não concordava, que poderia levar as demais demandas deles que entendo que são corretas, mas a retirada do exército não, pois defendo ainda mais a intensificação do policiamento na fronteira, pois poucos Estados têm uma área tão rica como nós temos no nosso Estado de Roraima. O que não podemos concordar, Deputado Joaquim, é a forma com que o Governo Federal e o governo do Estado estão tratando aquelas pessoas, fazendo de conta que dão atenção especial e o que percebemos não é bem isso. Não há escolas e quando são montadas, o Governo do Estado não contrata professores porque diz que não é competência dele. Ninguém sabe quem é o responsável, se é a União, a FUNAI ou a FUNASA e, as comunidades ficam abandonadas, sem escolas para os seus filhos, sem mencionar o transporte escolar. Outra questão, Deputado Chicão, é a Saúde. Percebemos o abandono total daquelas comunidades na área da Saúde e aí, Deputado Joaquim, constatamos um alto índice de alcoolismo e de drogas entrando nas comunidades indígenas e os Caciques, os Tuxauas e os mais velhos sem saberem como lidar com a situação. O jovem indígena se encontra com inúmeras interrogações, em choque de culturas, porque ele quer ter o celular e todas as modernidades que o não índio tem hoje, mas, também, quer permanecer com a sua cultura. Não há acompanhamento para saberem como lidar com essa situação. O que nós sabemos, Deputados, é que na periferia da nossa cidade, aumenta a cada dia a quantidade de indígenas que vêm das suas regiões para tentar ganhar a vida aqui, mas eles não têm uma estrutura, uma educação, uma qualificação profissional, por isso tem aumentado cada dia mais, o índice de violência na nossa capital, crimes envolvendo indígenas, devido ao alcoolismo, bem como o alto número de suicídios praticados por esses povos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado **Soldado Sampaio**, Vossa Excelência coloca a decisão do Supremo Tribunal Federal quando da demarcação da Raposa/Serra do Sol. O Supremo Tribunal Federal criou uma série de normas regulamentando, a partir daí, as novas demarcações. Porém, quando foi para demarcar áreas indígenas como a Área Yanomami, e eu quero deixar claro que não sou contra a demarcação de áreas indígenas, até porque quando a área Yanomami foi demarcada eu era Prefeito de Iracema e, naquela época, participei de várias reuniões em Brasília e aqui, com várias ONG's, com o Ministério da Justiça, fez um Projeto fantástico. Demarcada a área, passou a competência para o Governo Federal e o que se viu, depois de demarcada a Área Indígena Yanomami, é que os índios andavam cerca de 90 quilômetros para serem atendidos no primeiro Posto de Saúde do Município de Iracema, lá em Campos Novos. Desumano! Se a Saúde do Estado não é boa, imaginem o que o Governo Federal oferece de saúde para os índios de todas as etnias que habitam a Região Amazônica. O problema de saúde pública nas áreas indígenas é gravíssimo e, a questão educacional, muito mais. Mas há um atenuante, porque o Estado de Roraima e os Municípios ainda estão presentes nas áreas indígenas, do contrário, saberemos que teremos muito mais dificuldade devido aos problemas de educação de nossos irmãos. Vou lhe dar um exemplo. Está aí o censo do IBGE, Deputado, que afirma que de 2008 para cá nós já temos, na capital, mais de 08 mil indígenas. Isso equivale a várias comunidades indígenas dentro de Boa Vista. Se Vossa Excelência pegar o censo de 2009 para cá, a grande migração veio da Raposa/Serra do Sol. Eu não estou falando aqui, não quero entrar no mérito da questão, quem é a favor ou quem é contra, são dados científicos coletados em pesquisas feitas pelo IBGE. Então, algo está errado. Se há um processo migratório forte e se continuar essa tendência, dentro de dez anos, a contar deste ano, a previsão é que tenha mais de 30 mil indígenas em Boa Vista e, isso é uma corrida das áreas demarcadas para as áreas urbanas da capital. Então, esses são dados que eu pesquisei, do IBGE, com os quais estou corroborando com o seu discurso em relação à saúde e a educação dos povos indígenas, cuja competência é do Governo Federal que está sendo omissivo.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputado. Concordo com Vossa Excelência. A princípio, a competência é do Governo Federal que tem que assumir o ônus. Agora, também é do nosso entendimento que o Governo do Estado não abre mão dos

impostos arrecadados por ICMS e IPVA dos carros, e impostos sobre a alimentação dos povos indígenas. De qualquer forma, essas comunidades estão inseridas em nosso Estado e toda tributação gerada por elas, é de competência da União e do Estado, cada uma recebendo a parte que lhe cabe. Então, todos temos responsabilidades. Mas, não quero entrar nesse mérito, o que eu quero é fazer um chamamento à sociedade roraimense, aos nossos parlamentares, para não deixarmos as nossas demandas, essa ação de cobrança junto ao Governo do Estado, junto aos Poderes, só com relação aos indígenas, temos que nos inserir nesse processo. E, não é porque somos contra ou a favor das áreas contínuas. Eu, pessoalmente, defendo e defendia a demarcação da área em ilhas. Esse foi o meu posicionamento, contrariando toda aquela comunidade indígena, e Deputados que estavam lá naquele dia. Agora, não é porque demarcaram em área contínua e o Governo tem que arcar com o ônus, que nós vamos virar as costas para essas comunidades. Nós temos o mínimo dever de nos somarmos a essas lideranças das comunidades indígenas e cobrarmos do Poder Executivo, do Poder Federal, da FUNASA, da FUNAI, a implementação de políticas públicas voltadas para essas comunidades. Esse é o nosso objetivo. Temos que nos posicionar com bastante clareza, como eu me posicionei, pois precisamos levar saúde, educação, segurança, orientação técnica para o desenvolvimento daquelas comunidades, para que sejam auto sustentáveis, senão, vai nos causar um problema sério, como Vossa Excelência falou, Deputado Joaquim, esse fluxo migratório que se intensifica cada dia mais. Isso vai gerar muito desemprego, pois são pessoas que não tiveram um curso técnico, não têm uma profissão para virem e serem absorvidos pelo mercado de trabalho, sem mencionar que temos aí uma quantidade enorme de universitários que não têm emprego, imagina os que estão vindo de comunidades indígenas sem qualificação profissional nenhuma. Eles vão para a periferia e entrarão nos índices de violência que tem aumentado a cada dia. Se formos à Secretaria de Segurança, vamos constatar o quanto há de indígenas nas estatísticas de violência. Não podemos virar as costas para essa questão, daí nossa preocupação. Nossa intenção em fazer uma Audiência Pública aqui, não é para discutir demarcação, Raposa/Serra do Sol não, é para discutir e cobrar do Governo Estadual e Federal a responsabilidade que eles têm com essas comunidades. Esse é nosso objetivo. Apresentarei, na próxima semana, um Requerimento pedindo a realização de uma Audiência Pública, com a participação do Exército Brasileiro, das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Militar, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, da FUNAI, do CIR, do SODIUR, da Diocese, da FETAG, das Prefeituras de Normandia, Uiramutã, Bonfim e Pacaraima. Essa problemática é de todos nós. Não é porque fizeram a demarcação, que vamos virar as costas e ignorar aquelas comunidades. Precisamos fazer um enfrentamento e cobrar, inclusive do próprio Supremo, que ao fazer a demarcação, atribuiu a responsabilidade a vários órgãos, pois ele também tem o dever de cobrar assim como nós temos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Sampaio, concordo com Vossa Excelência em gênero, número e grau pelos conceitos e pelas posições emitidas quanto à participação do Exército Nacional na defesa de nossas fronteiras, independente de serem ou não povoadas por indígenas, pois a defesa do nosso país é algo que deve estar acima de qualquer discussão. Sempre disse e digo, que para as comunidades indígenas aculturadas, só vejo uma saída, ou nós os apoiamos, digo os não índios, em conjunto com as autoridades governamentais para que sejam incluídos num processo produtivo e possam ter a chance de, a partir da terra, das riquezas naturais que o cercam, tirar o sustento digno para suas famílias, ou não haverá saída, vai acontecer o que aconteceu com a demarcação contínua do Uiramutã, onde se via lideranças expressivas das comunidades indígenas reduzidas a pedintes. Nós, Deputados, levamos lá a Assembleia Itinerante e, tivemos a oportunidade de constatar isso, lideranças expressivas e de respeito pedindo R\$ 10,00 para poder comprar um alimento e levar para casa. Então, a situação realmente é grave, é dramática e, Vossa Excelência tomou a posição certa. Também comungo dela, porque não fui a favor da demarcação contínua, era a favor da demarcação em ilhas, mas foi decidido o contrário. Logo, resta as nossas autoridades e a nós, enquanto representantes da sociedade, darmos a nossa contribuição para que as comunidades indígenas tenham o apoio necessário para se desenvolverem, preservando sua cultura, tradição, enfim, seus valores étnicos. Quero parabenizá-lo e manifestar meu apoio à Audiência Pública que Vossa Excelência está propondo. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Obrigado,

Deputado Erci. Essa é uma preocupação de todos nós que temos que enfrentar esta questão, afinal, os indígenas são nossos irmãos e nossos vizinhos, não há como nossos vizinhos estarem passando por dificuldades, e isso não nos afetar, pois logo, sofreremos os mesmos problemas que eles, daí a preocupação em fazermos esse enfrentamento, assumindo as responsabilidades, chamando os poderes, os órgãos responsáveis para que possam cumprir com seu dever. E, fui bem franco ao dizer que as lideranças indígenas culpam a classe política por tê-los abandonado. As comunidades indígenas hoje, somam mais de vinte mil votos e o que sabemos é que não há articulação no processo político para que tenham um representante nem neste poder e nem na Câmara Federal, mas sabemos que na época de eleição, basta chegar a esses eleitores, fazer um belo churrasco, comprar uma quantidade de caxiri e outras bebidas alcoólicas, e conquistar o voto dos índios. Então, cabe aos senhores líderes indígenas preparar, conscientizar politicamente sua comunidade, para que possam ter força política na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e no Senado, pois só assim vocês terão vez e voz. Deixei esse recado e sei que não agradei, mas é fato, as comunidades indígenas não têm sabido votar nas eleições, elas se fragmentam e sequer conseguem eleger um representante para esta Casa. O primeiro passo é esse, a conscientização das comunidades. E o segundo, é nós termos o compromisso de fazer esse enfrentamento através de uma Audiência Pública o quanto antes. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, confesso que estou cada dia mais preocupado com a situação desse Estado, bem como com os Projetos que têm dado entrada nesta Casa. Na mesma linha do que falou o Deputado Joaquim Ruiz e o Deputado Sampaio, parece que nosso Estado está se transformando num Estado sem futuro, cuja única razão de existir seja apenas pagar salários, criar cargos comissionados. Está transformando esse Estado numa máquina pública pesada sem capacidade de investimento e de criar oportunidade para as pessoas que aqui vivem. É preciso que esta Casa Legislativa se mobilize, busque o Poder Executivo, no sentido de que o Estado possa ter um novo direcionamento, uma nova política de pessoal, uma nova política de recursos humanos, porque não podemos estar nesta Casa quase toda semana recebendo projetos e mais projetos dos diversos poderes, e não é só do executivo, criando cargos comissionados, aumentando salários, enfim, inchando a máquina pública que está perdendo a sua capacidade de investimento, de criar emprego, renda e oportunidades para as pessoas. Poucos não têm do que reclamar nesse Estado, e imensa maioria não tem para quem reclamar. Então, faço um apelo aqui, ao Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra, à Mesa Diretora desta Casa, à base aliada do governo, para que procure o poder executivo, mostre que a nossa realidade hoje é outra, pois não podemos nos dar ao luxo de ficarmos aqui nesta Casa apenas fazendo de conta que tudo está caminhando maravilhosamente bem, que a economia está bem. É verdade que temos tido alguns superávits fiscais, mas nada que possa nos deixar uma situação confortável para permitirmos que os diversos poderes desse Estado, as diversas instituições e na sua imensa maioria o poder executivo, com intuito político eleitoreiro, não no sentido de fazer gestão administrativa, pois toda semana mandam para esta Casa, projetos para diferenciar alguns poucos da imensa maioria dos servidores, inclusive, criando problemas dentro de instituições que poderiam ter uma filosofia única. Nós aprovamos a Lei 131, no ano de 2008, nesta Casa, dando privilégios aos Delegados de Polícia, deixando o restante da categoria dos servidores da polícia civil marginalizados. Quando eles fizeram o concurso, o edital previa os mesmos direitos e garantias a todos os concursados, mas vai se criando uma cizania na corporação, uma separação entre servidores que, por vezes, fazem também serviços assemelhados. Então, cadê a sensibilidade governamental, cadê a maturidade política para lidar com essas questões! Onde está a competência da Procuradoria Geral do Estado, que também não tem feito o seu papel de forma correta, a não ser vir a esta Casa defender interesses pessoais, como vieram aqui defender o direito ilegal de terem também, além de exercerem a função de Procuradores do Estado, com altos salários, o direito de advogarem numa condição privilegiada?

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado Ionilson Sampaio, louvo o pronunciamento e a preocupação de Vossa Excelência. Vou ilustrar os projetos que estão circulando nesta Casa para que os Deputados possam perceber o que realmente acontece. Hoje, nós temos, Deputado Ionilson, o

posicionamento do Secretário Leocádio, que tem o profundo conhecimento fiscal deste Estado, que está preocupado com nossa situação financeira, dizendo que, daqui a dois anos o Estado pode não conseguir pagar seus servidores. Mas, veja o que está tramitando nesta Casa agora, Presidente Chico Guerra, o projeto para criar cargos comissionados para a Secretaria da Fazenda, para criar cargos comissionados para a Casa Militar, para a Defensoria Pública, para reajuste e progressão para os servidores da polícia civil, cargos comissionados para o Ministério de Contas, ou seja, cinco projetos estão tramitando nesta Casa para elevação de despesa, cuja fonte única é o tesouro do Estado de Roraima. Pois bem, virá, nos próximos dias, para esta Casa, o projeto para criar o plano e cargos, salários e carreiras dos trabalhadores da saúde, inclusive com elevação de despesa para a secretaria de saúde. A Secretaria de Agricultura está planejando uma reformulação e criando o seu instituto de assistência rural, isso é incremento de despesa. A secretaria de educação também está elaborando um projeto para mandar para esta Casa, uma alteração da sua estrutura, também criando despesa. Então, estão aqui oito projetos que elevam a despesa do Estado de Roraima e, não dá para entender o discurso de que estamos em dificuldades, o discurso de que o Estado não vai poder pagar os seus servidores daqui a dois anos, se hoje nós temos cinco projetos tramitando e virão mais três. Portanto, esta Casa tem que começar a refletir sobre esta constante elevação das despesas para os cofres públicos estaduais, pois sabemos que o lençol é curto, e as pessoas estão o tornando ainda mais curto e, quando digo mais curto, é porque amanhã vão ter que demitir ou parar a saúde, ou criar um caos nesse Estado, e nós não podemos contribuir para construção desse caos. Parabéns pelo vosso pronunciamento.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - Obrigado, Deputado Flamarion, pela contribuição de Vossa Excelência. Eu ia até preservar o nome do secretário, mas já que Vossa Excelência citou, ontem, estivemos na secretaria de saúde e, conversando com o senhor Leocádio, eu os Deputados Joaquim Ruiz e Gabriel, ele foi taxativo, inclusive dizendo que já alertou o governo de que, se não houver um novo pensamento a nível governamental nessa política que está sendo implementada, em um ano e meio ou dois anos, nós começaremos a atrasar os salários de servidores efetivos e que, até o final do ano, extrapolaremos a lei de responsabilidade fiscal e, se extrapolarmos, teremos que demitir milhares de servidores neste Estado. A luz amarela está acesa, Deputado Joaquim, estamos aqui chamando a atenção do Governo para que reveja essa política. Deputada Aurelina, Vossa Excelência pode fazer essa sugestão ao Governo do Estado, pode criar uma Comissão de Deputados desta Casa, para sensibilizar o poder executivo de que a situação está se agravando, corremos o risco de termos perda de FPE, pois a economia mundial hoje é globalizada, e na atual conjuntura a tendência é atingir também as finanças do país. Então, se nós perdermos receita do FPE, Vossa Excelência pode ter certeza de que teremos dias difíceis em nosso Estado, além da situação em que nós já nos encontramos hoje.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsner Renier. Deputado Ionilson, eu entendo perfeitamente sua preocupação. Acho que Vossa Excelência é sempre oportuno quando ocupa essa Tribuna, mas gostaria de fazer algumas correlações. Quando o governo toma uma medida de contenção de despesa, faz um contingenciamento, os Deputados da base aliada vêm aqui à Tribuna dizer que está diminuindo receita. Enquanto os problemas sociais deste Estado não se resolvem, se discute aqui todos os dias que a saída econômica para o Estado de Roraima, é a agricultura familiar. E, o governo tenta a todo custo, com os recursos escassos que tem, resolver dois problemas. O primeiro é o problema social, porque temos um Estado pobre que depende necessariamente do Fundo de Participação Estadual para manter a máquina funcionando, manter o programa bolsa família, manter o vale alimentação, todos esses programas sociais que de vez enquanto são chamados de outra forma por alguns parlamentares. Ai fico sem entender, pois não sei mais o que é importante. A secretaria de Educação precisa, antes de mais nada, reestruturar o seu plano cargos e salários, pois há servidor concursado, servidor que tem doutorado ganhando dois mil reais, que dizer, tem alguma coisa errada. Então, precisamos regularizar essa situação. Eu estou entrando com uma PEC agora, dando autonomia administrativa, financeira e orçamentária à Secretaria de Educação, justamente para que se desvincule do Estado a responsabilidade da atual gestora, no tocante aos recursos que tem na própria pasta, porque o Governo acaba interferindo nesse caso. Agora, gostaria de dizer a Vossa Excelência que esta questão salarial, esses planos têm que ser feitos, têm que ser criados, não há outra maneira. O que vamos

fazer? Vamos chegar na Defensoria Pública e dizer o seguinte: o Estado não vai criar o plano de cargos e salários da polícia civil através da Assembleia Legislativa, não vai criar o ordenamento técnico de vocês, vamos falar isso para as outras instituições também, pois o Estado depende exclusivamente desses recursos. Entendo que o caminho não pode ser por aí, mas a alternativa que temos no presente para atender essas deficiências é essa. E, concordo que está errado o modelo, ele não é de todo o mais correto, mas não é o mais incorreto, porque precisamos resolver isso, e medidas drásticas já estão sendo tomadas. Está comprovado na história do Estado de Roraima que todo político que tomou medidas drásticas aqui, não prosperou, do prefeito ao governador, pois às vezes, a boa vontade do governante de querer fazer com que o Estado melhore, é mal interpretada. Aí o que acontece? O Estado melhora parcialmente, mas a popularidade daquele que fez, acaba piorando e ele é mal entendido perante a opinião pública. Os senhores relembram quando o Presidente Collor teve que reter o dinheiro de todos os servidores, todas as pessoas do Brasil o criticaram, ele perdeu o mandato e pagou um preço alto por isso, mas hoje, o país vive uma economia razoavelmente boa em razão daquelas decisões que foram tomadas naquela época pelo Presidente Collor que foi criticado e expulso do país. Então, Deputado Ionilson, agradeço a Vossa Excelência por me ceder esse tempo. Acho que o modelo pode não ser esse, mas precisamos resolver questões emergentes para que amanhã esta Casa não seja punida, apontada como autora da demissão de muitas pessoas que poderiam estar em seu trabalho e não estão. É essa minha posição.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. O aparte de Vossa Excelência, Deputado Jalser, tem alguma razão de ser, no meu entendimento, mas a verdade é que o Estado não tem tratado de forma igualitária os seus servidores, pois uma pessoa que ganha mil reais, teve um reajuste de 5%, de acordo com a lei do reajuste salarial dos servidores, o que ganha 24 mil, teve 14,5% de reajuste, ou seja, o governo trata os servidores de forma desigual. Poderiam dar para quem ganha três mil, quatro mil, um percentual menor, porque a lei diz até tanto por cento, de acordo com crescimento da receita e da inflação, mas àquele que ganha menos, um percentual maior. Entretanto, não se tem um estudo relativo a essa política, não se tem um estudo da necessidade real. Será que é necessário essa quantidade de cargos comissionados na Defensoria Pública? Quem fez esse levantamento? Qual o impacto financeiro nas finanças do Estado? Vossa Excelência sabe quanto o Estado tem hoje comprometido com a folha de pagamento dos servidores? Eu não sei. E, era necessário nós sabermos. Nós dizemos que há bastante folga de caixa, mas cadê os investimentos? Se tivesse folga de caixa, estava tendo investimento, e não tem. O Estado se transformou numa máquina apenas de pagamento de salário para os servidores. Os investimentos são mínimos. Alguns investimentos que estão sendo feitos têm sido através de convênios com o Governo Federal, de empréstimos que nós concedemos nesta Casa ao Governo do Estado. E parece que, diga-se de passagem, eram necessários para reestruturar o Jatapu, para fazer a drenagem no município do Boa Vista. Enfim, são investimentos necessários, mas já esgotamos, inclusive, a nossa capacidade de endividamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Ionilson, o Estado do Amapá é semelhante ao nosso, possui uma população um pouco maior que a nossa. Lá há menos cargos comissionados e concursados do que aqui. É um Estado pobre também, com várias limitações, como nós, com várias áreas demarcadas, como nós, mas tem menos funcionários públicos concursados e menos funcionários comissionados. Sobre o problema da contensão de despesas, fui gestor e passei por aquela crise em 1999, à época do Governo Fernando Henrique, com a quebra da Rússia e do México. E, todos nós tivemos que fazer uma contensão de despesas violenta. Nós priorizamos os investimentos e o retorno das receitas, através dos impostos. Naquela época, eu investi e contruí casas em Iracema. Nós tivemos retorno com o aumento das receitas porque eu não priorizei o custeio da máquina, priorizei o investimento para que eu pudesse gerar empregos e aumentar a receita do ICMS no município, a partir do investimento em construção de casas. Sabemos também que os investimentos geram uma série de oportunidades para aquele que transporta areia, que fornece madeira, que vende cimento, telha, materiais elétricos, hidráulicos, que oferece mão de obra qualificada, pois gera imposto para o Estado, para o Governo Federal, para o município, haja vista que o ICMS é um imposto compartilhado entre Estado e Município. Então, o que aconteceu naquela época? O meu FPM caiu e o meu ICMS cresceu e, para que houvesse um equilíbrio, houve: contensão de despesas, aumento

de investimentos, melhorias na arrecadação.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Obrigado, meu caro Deputado Joaquim. Agora, eu gostaria que Vossas Excelências entendessem que, o que nós estamos dizendo é que no Estado não deve parar as correções salariais, de fazer a sua política salarial justa, os reajustes para adequar a tabela da Polícia Civil, como nós vamos fazer. Mas é preciso que se faça isso dentro de uma responsabilidade maior. Nós estamos preocupados porque necessitamos fazer isso, até porque não sabemos ainda o grau de comprometimento das nossas finanças com o pagamento da folha de pessoal. É preciso que tragam para os Deputados, para que nós possamos analisar, os projetos que já estão tramitando nesta Casa, e outros que, porventura, ainda irão dar entrada aqui, na Assembleia Legislativa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Obrigado pelo aparte, Deputado Ionilson. Agradeço desde já à Mesa também. Em nome da liderança da oposição, Deputado Ionilson, quero deixar claro que é bem diferente o Plano de Cargos e Salários dos Cargos Comissionados. O que nós temos nos posicionado aqui, é votarmos contra a criação de novos cargos comissionados, o que nós entendemos desnecessário. A exemplo do projeto que está aqui, para a criação de várias secretarias, as quais nem sabemos o nome, nem onde será a sede, não há telefone, mas está lá uma quantidade enorme de cargos comissionados. Isso é fato. É diferente de reconhecer o direito desses trabalhadores e servidores públicos através do Plano de Cargos e Salários. É até hilário, Deputado Ionilson, pois há dinheiro sim para pagar plantão para os servidores de cooperativas, mas na hora de criar um Plano de Cargos e Salários, digno para os servidores da saúde, não há. Eu acho que a história não é bem essa. O que percebemos é a má vontade do Secretário de Saúde em discutir. Sabemos que estão montando o Plano de Cargos e Salários sem ouvir os servidores, e vai vir para cá mais uma vez um grande abacaxi. Sabemos das famigeradas terceirizadas, que há servidor no Estado que ganha menos que um salário mínimo e o Governo está contratando terceirizados, pagando o triplo do salário e que, esse servidor da terceirizada ainda fica sem receber por quatro meses, mas na licitação o salário chega a ser três vezes o salário mínimo. Então, dinheiro tem, o que falta é gestão. O balanço do Estado de dois mil e dez, o último que tivemos acesso, está comprometido apenas 33% com a folha de pagamento. Não sabemos no ano de 2011 qual é a porcentagem pela falta de transparência do Governo. Quando precisamos fazer uma pesquisa no Diário Oficial do Governo, o mecanismo do site não permite. Então, o que tem que ser feito é valorizar o servidor efetivo e manter os cargos comissionados necessários, e não transformar o servidor em cabide como temos visto no nosso Estado. A oposição tem combatido essa prática nesta Casa, mas infelizmente somos votos vencidos. Não concordamos e vamos continuar na luta, tentando mostrar para o Governo do Estado que há outras matrizes econômicas como a agricultura familiar. Foi efetuada uma compra de calcário e os caminhões estão fazendo a entrega desse calcário, jogando-o na porta dos produtores, que na sua maioria estão devolvendo por não terem se preparado para receber o material naquele momento. Fui no PA Nova Amazônia e falei com o Senhor Teixeira, o qual devolveu o calcário, porque falta planejamento, organização. A famigerada Folha de pagamento, os cargos comissionados, os cabos eleitorais, tudo isso está virando um círculo vicioso. Defendemos sim o plano de cargos e salários e para isso recursos tem. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Vejam o paradoxo dessa questão. Quando nós estávamos analisando a Lei Orçamentária no final do ano, alguns Deputados propuseram o incremento de receita pública para a Defensoria Pública, e o Governo do Estado bateu o pé, disse que não era possível porque o orçamento da Defensoria Pública já era suficiente. E, a Defensoria argumenta que não tinha como gerenciar, expandir suas ações. Mas, surpreendentemente, veio uma Mensagem Governamental propondo a criação de uma estrutura que precisa ser analisada com cautela. Não é nenhum demérito com relação à Defensoria, não é que não queremos analisar o projeto da Defensoria, mas que se faça as coisas com muita responsabilidade, estudando a questão. É esse o nosso papel.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Há algumas coisas que são paradoxas mesmo. Primeiro, é necessário a Assembleia Legislativa entender que é ela que aprova as leis. Segundo, que é ela que fiscaliza o orçamento e sabe quais os limites que tem, até onde ele já foi preenchido. É muito bom e bonito o discurso da luta, mas, é preciso coerência, que se saiba até aonde esse Estado pode ir. Tudo que Vossa Excelência falou e os demais Deputados é verdadeiro,

mas é preciso que saibam também que houve uma redução drástica no FPE, por isso o Estado não paga a conta de luz muito menos o salário do servidor. Essa Casa tem que saber que as leis saem daqui e somos responsáveis por elas.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – A Deputada Aurelina resumiu tudo. Nós somos, talvez, os maiores responsáveis se entrarmos em momentos difíceis. Gostaria de pedir à Mesa Diretora para nomear os Deputados que irão fazer a apuração das dívidas do Estado, porque vai ser necessário o Estado fazer essa repactuação com a União e, é preciso acompanharmos de perto. Obrigado.

O Senhor Presidente Chicão da Silveira -Não havendo mais nenhum Orador, nem Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a LDO era para ter entrado em pauta ontem, conforme a lei que estabelece a data. Dia 15 era a data limite para o Governo entrar com a LDO nesse Poder. Portanto, solicito a Vossa Excelência que mantenha contato com o Executivo, porque nós precisamos fazer um estudo mais aprofundado das nossas Leis de Diretrizes Orçamentárias, preestabelecendo prioridades para depois mensurarmos na lei.

O senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhor Presidente, nós precisamos fazer o nosso papel de fiscalizar, cobrar para podermos ter clareza do que o governo tem de recursos disponíveis para investimento e para o pagamento de pessoal. A oposição tem um Requerimento em cima de indícios fortíssimos de superfaturamento na locação de veículos e, por isso pedimos a instalação de uma CPI. Quero em nome da liderança mais uma vez reiterar a Mesa Diretora que coloque o Requerimento em votação.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, eu quero registrar a entrada em vigor, a partir de hoje, da lei do acesso à informação nas repartições públicas federais, estaduais e municipais.

Na minha opinião, essa lei é um grande avanço rumo a transparência e um salto na democracia. A partir de agora, o cidadão comum terá acesso a todas as informações que não forem sigilosas tendo, inclusive, as repartições, que abrirem um espaço para que o cidadão possa ser atendido e informado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, quero convocar os Deputados Ionilson Sampaio, Ângela Portella, Coronel Chagas, Sargento Damosiel, Aurelina Medeiros para, logo após o término da Sessão, nos reunirmos em referência à Comissão de Ética desta Casa.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho – Senhor Presidente, quero fazer, mais uma vez, a cobrança de um Requerimento que foi assinado por 8 Deputados Estaduais, referente a CPI dos contratos de locações de veículos com o governo do Estado de Roraima. E, quero pedir ao Presidente que coloque o Requerimento para votação e deixe de cozinhar o galo, porque não vamos deixar no esquecimento, vamos cobrar todos os dias. Regimentalmente temos 15 dias, mas já passaram muito mais e o Requerimento não foi votado.

O Senhor Presidente Chicão da Silveira – O Requerimento está tramitando e brevemente estará em votação.

Queremos cumprimentar o jornalista Fernando Heder pela passagem do seu aniversário.

E, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão convocando outra para o dia 22, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 17/05/12



PROCON

ASSEMBLEIA



A Voz do Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br
 Fone: (95) 4009-5614



PROCON

ASSEMBLEIA



**A Voz do
Consumidor**

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone: (95) 4009-5614